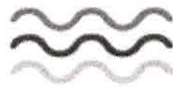


**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PRETO
NO DISTRITO FEDERAL - CBH PRETO-DF**

ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

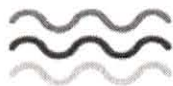
1 Às quatorze horas e dez minutos do dia dois de outubro do ano de dois mil e vinte, após a
2 verificação da presença e quórum, iniciou-se, pelo sistema virtual “Teams/Microsoft Office: 1) a
3 ***Vigésima Segunda Reunião Extraordinária do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do***
4 ***Rio Preto no Distrito Federal – CBH Preto-DF.*** Estiveram presentes: Poder Público: ICMBio -
5 Ricardo Peng (Titular); Adasa - Jorge Enoch Furquim Werneck Lima (Titular) e Alba Evangelista
6 Ramos (Suplente); Emater: Marconi Moreira Borges (Titular); IBRAM – Irving Martins Silveira
7 (Titular); Seagri – José Lins de Albuquerque Filho (Suplente); Organizações Cívicas/Sociedade
8 Civil: Cooperativa Agrícola do Rio Preto – COARP - Roberto Koji Yamane (Titular); Cooperativa
9 Agrícola da Região do DF Ltda - Coopa/DF - Kayla Alves Goulart (Titular); Federação da
10 Agricultura e Pecuária do DF – Fape/DF – Cláudio Malinski (Titular) e Natália Cristina Chagas
11 M. Teixeira (Suplente); Instituto Internacional de Educação do Brasil – IEB – Michael Becker
12 (Titular) e Cláudia Sachetto (Suplente); UnB-FUP – Antonio de Almeida Nobre Junior. Usuários:
13 *Irrigação e Uso Agropecuário*: José Brillhante Neto (Titular); Leandro Luís Maldaner (Titular);
14 Paulo Luiz Kruger (Titular); Valdemar Valentin Cenci (Suplente); Sandro César Triacca (Titular);
15 *Usuário Turismo e Lazer*: Sindicato de Turismo Rural e Ecológico do DF - Ruraltur/DF - Ronaldo
16 Cirilo Triacca (Titular). Justificativas de Ausências: *Poder Público*: Secretaria de Estado de
17 Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – SEAGRI - José Voltaire Brito Peixoto
18 (Titular); Sociedade Civil: Sindicato Rural do Distrito Federal - SRDF - José Guilherme Brenner
19 (Titular). 2) a ***Vigésima Sexta Reunião Extraordinária do Comitê de Bacia Hidrográfica dos***
20 ***Afluentes do Rio Maranhão no Distrito Federal – CBH Maranhão-DF.*** Estiveram presente:
21 Adasa - Jorge Enoch Furquim Werneck Lima (Titular) e Alba Evangelista Ramos (Suplente);
22 Seagri – José Lins de Albuquerque Filho (Suplente); Seduh – Edna Aires (Titular); Emater –
23 Priscilla Regina da Silva (Suplente); Ibram – Irving Martins Silveira (Titular); Administração
24 Regional da Fercal (XXXI RA) – Ronielton Barreto Dias (Suplente). Organizações
25 Cívicas/Sociedade Civil: Associação dos Moradores da Fercal – Asfer – Andreia Ferreira de Aguiar
26 (Titular); Associação dos Produtores do Lago Oeste – Asproeste – Marcos Luiz Santarosa
27 (Titular); e Fape-DF – Natália Cristina Chagas M. Teixeira (Suplente); Federação das Indústrias
28 do DF – Fibra/DF – Camila Graziela Artioli (Titular) e Olívia Carolina Ribeiro Krohn (Suplente);
29 Associação dos Engenheiros Ambientais e Sanitaristas do Distrito Federal – AEAS – Tadeu
30 Mendonça de Novais Teixeira (Suplente); Usuários: Abastecimento Urbano, Coleta, tratamento
31 de Esgotos, Diluição de Efluentes Urbanos e Hidroeletricidade – Companhia de Saneamento
32 Ambiental do Distrito Federal – Caesb – Carlo Renan Cáceres de Brites (Suplente); Irrigação e
33 Uso Agropecuário – Rodolfo Siqueira de Brito (Titular); Setor de Indústria e Mineração, Captação
34 de Água e Diluição de Efluentes Industriais – Ciplan Cimento – Amanda Rodrigues Vieira.
35 Justificativas de Ausências: *Poder Público*: Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e
36 Desenvolvimento Rural – Seagri - José Voltaire Brito Peixoto (Titular); 3) a ***Quadragesima***
37 ***Reunião Extraordinária do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Paranaíba no***
38 ***Distrito Federal – CBH Paranaíba-DF.*** Estiveram presentes: *Poder Público*: Alba Evangelista
39 Ramos (Suplente); Casa Civil – Rosatilde Santana Carvalho de Lima (Titular); Emater: Priscilla
40 Regina da Silva (Titular) e Icléa Almeida de Queirós Silva (Suplente); Ibram – Irving Martins
41 Silveira (Titular); Sema – Patrícia Valls e Silva (Titular) e Mona Grimouth Bittar (Suplente);
42 Seduh – Edna Aires (Titular) *Organizações Cívicas/Sociedade Civil*: Associação dos Produtores
43 Rurais da Reserva A – APRA – Lauro dos Santos Correia (Titular); Associação Rural e Cultural
44 Alexandre de Gusmão – Arcag – Fábio Yukishigue Harada (Titular) e Associação de Usuários do
45 Canal De Abastecimento de Água do Núcleo Rural Santos Dumont – Aucasdu – Sandra José



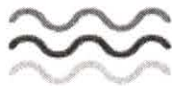
**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PRETO
NO DISTRITO FEDERAL - CBH PRETO-DF**

ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

46 Ribeiro Kikuchi (Suplente); Fundação Mais Cerrado – Denise Paiva Agostinho (Suplente); UnB
47 – Ricardo Tezini Minoti (Titular); Federação das Indústrias do Distrito Federal – FIBRA - Ana
48 Paula de Sousa Fernandes (Titular) e Fape-DF – Natália Cristina Chagas M. Teixeira (Suplente).
49 *Usuários: Abastecimento Urbano, Coleta, tratamento de Esgotos, Diluição de Efluentes Urbanos*
50 *e Hidroeletricidade* Companhia de Saneamento Ambiental do DF – Caesb – Carlo Renan Cáceres
51 de Brites (Titular); *Irrigação e Uso Agropecuário*: Condomínio do Sistema de Irrigação Rodeador
52 – Cosir – Ricardo Kiyoshi Sassa (Titular); Luiz Carlos Pinagé de Lima (Titular). *Usos Não*
53 *Consuntivos*: Federação Náutica de Brasília – FNB – Carlos Alberto de Miranda Aviz (Suplente);
54 *Drenagem Urbana*: Novacap – Diana Veronez (Titular) e Hiltton Antonio Domingos Moreira
55 (Suplente). Ausência Justificada: *Indústria e Mineração*: Ball Beverage – Miqueias de Gois Lima
56 (Titular); e 3) **Outros participantes**: Adasa – Érica Yoshida de Freitas, Vitor Rodrigues Lima dos
57 Santos, Julio Cesar Dias da Silva, Cláudio Odilon da Costa Silva, Rosana de Cassia Liberado,
58 Helenice Maria da Silva, João Carlos Couto Lóssio Neto, Luciano do Nascimento Araújo, Magda
59 Valeska Ferreira Pêgo, Tânia Elaine dos Santos; Seduh – Vicente Correia de Lima Neto, Mário
60 Pacheco, Cristiane Siggea Benedetto e Silvia Borges de Lazari; Caesb – Eloneide Meneses Franca;
61 CEB – Marcos Lima; *Fonasc* - Cristiandrea Ciciliato; A Secretária iniciou informando sobre as
62 indicações técnicas de uso da plataforma para acompanhamento da reunião, sobre a solicitação da
63 palavra, gravação da reunião, bem como a necessidade de que as demandas sejam tratadas de modo
64 objetivo, face extensão pauta. A Secretária procedeu, então, à leitura da pauta a qual constou de: I
65 – ABERTURA DOS TRABALHOS: 1) Verificação de presença e quórum; 2) Aprovação da Ata
66 da 26ª Reunião Extraordinária do CBH Maranhão-DF; 3) Aprovação da Ata da 39ª Reunião
67 Extraordinária do CBH Paranaíba-DF; 4) Aprovação da Ata da 21ª Reunião Extraordinária do
68 CBH Preto-DF. II – ORDEM DO DIA: 1) Apresentação sobre a Revisão do Plano Diretor de
69 Ordenamento Territorial – PDOT, Estrutura de Governança e Gestão Participativa – Dr. Vicente
70 Neto, Subsecretário de Políticas e Planejamento Urbano (Suplan/Seduh); 2) Apresentação sobre
71 Segurança da Barragem do Paranoá – Diretora da CEB Geração S.A. - Priscila Paris Mendonça.
72 III – INFORMES GERAIS: 1) Procomitês – Recebimento de Recursos - Certificação do 1º Ciclo;
73 2) Alteração das representações dos Comitês no CRH/DF; 3) Entrega da tubulação do Canal
74 Santos Dumont; 4) Informes sobre alocação no Rio Preto (Ribeirão Extrema e Rio Jardim); 5)
75 Instalação das placas de sinalização do zoneamento dos usos do espelho d'água do Lago Paranoá;
76 6) Moção ao Conam para criação de CT para estudar e regular o uso de efluentes do tratamento do
77 esgoto doméstico; 7) Moção para criação de UC na Margem do Descoberto; 8) Moção para criação
78 de UC na Serrinha do Paranoá (Pedra dos Amigos); 9) Incêndios Florestais no Alto Descoberto –
79 gestão junto ao PPCIF e CBMDF; 10) Criação de GT Único para elaborar o Plano de Educação
80 Ambiental dos CBHs DF; 11) Agendamento da próxima reunião conjunta. Seguindo a ordem
81 alfabética, a palavra foi passada para o Presidente do CBH Maranhão-DF, Rodolfo Siqueira de
82 Brito, que agradeceu a presença de todos e desejou uma ótima reunião, com atendimento aos
83 objetivos. Na sequência, foi proferida mensagem de boas-vindas, Prof. Ricardo Tezini Minoti,
84 Presidente do CBH Paranaíba-DF, que agradeceu a presença de todos e a interação com os demais
85 Comitês, e, por último, o Presidente Claudio Malinski, do CBH Preto-DF, que saudou a todos,
86 agradeceu as presenças e salientou a importância da objetividade, dada a extensão da Pauta. Feitas
87 as falas de abertura, procedeu-se aos trâmites, com projeção dos documentos, via Chat e verbal,
88 para as aprovações das Atas, começando pela Ata da 26ª Reunião Extraordinária do CBH
89 Maranhão-DF, realizada em 28/08/2020. O representante da Emater no CBH Preto-DF, Marconi
90 Moreira, solicitou que o texto da fala do Superintendente de Recursos Hídricos seja verificado

**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PRETO
NO DISTRITO FEDERAL - CBH PRETO-DF****ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

91 (termo espacial e não espacial). A Secretária informou que a discussão e votação no momento é
92 da ata do CBH Maranhão-DF, mas que será feita a revisão solicitada. Sem manifestações
93 contrárias, ata foi aprovada. Procedeu-se da mesma forma com a Ata da 39ª Reunião
94 Extraordinária do CBH Paranaíba-DF, realizada em 13/08/2020, para a qual houve manifestação
95 da representante da Fundação Mais Cerrado, Denise Agostinho, que solicitou ajuste de seu
96 sobrenome. Sem manifestações adicionais, a ata foi aprovada. Por último, a Ata da 21ª Reunião
97 Extraordinária do CBH Preto-DF, realizada em 27/08/2020, e não havendo mais indicações de
98 ajustes, procedeu a votação para a qual não houve manifestações contrárias. A Palavra foi passada,
99 então, ao Dr. Vicente Neto, que agradeceu o convite e salientou que nada mais justo que o PDOT
100 estar integrado aos Planos de Bacia dos Comitês, dando início a apresentação sobre o tema
101 “REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE ORDENAMENTO TERRITORIAL - PDOT:
102 CAMINHOS PARA UM TERRITÓRIO SUSTENTÁVEL”. Esclareceu, primeiramente, que
103 houve uma alteração na estrutura de gestão. A abordagem teve início com a referência de que o
104 PDOT é de 2009 (bastante regulatório), tendo sido alterado em 2012. É o instrumento básico, cujo
105 objetivo da revisão, iniciada dentro da Seduh para definição de suas metodologias e depois
106 ampliada com a publicação de Decreto para uma governança interinstitucional, é orientar o
107 desenvolvimento territorial do DF para os próximos dez (10) anos, considerando a totalidade do
108 território e de cada Região Administrativa, e tem como premissas: Promover a articulação
109 territorial integrada e estratégica, e instituir uma estrutura de participação social e governança
110 (trabalho com outros planos vigentes e outros em desenvolvimento); Combater as desigualdades
111 socioespaciais e o déficit habitacional; Construir uma agenda de sustentabilidade, articulada às
112 novas agendas globais e locais; Combater o modelo de ocupação segregado e espraiado,
113 melhorando o acesso e a mobilidade à terra urbanizada; Incorporar um novo modo de organização
114 social e produtiva rural; Promover a gestão resiliente do território com qualidade ambiental;
115 Simplificar a lei que aprovar o PDOT objetivando a utilização pelo cidadão e a implementação
116 pelo Estado. Salientou, também, que esse processo conta com a articulação nas seguintes agendas
117 globais: 2015: ODS (Agenda 2030) e Acordo de Paris; 2016: Habitat III (Nova Agenda Urbana),
118 Distrito Federal, aderiu à Agenda 2030, Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento
119 Sustentável (CNODS); 2018: Comissão Distrital dos ODS no DF (Decreto nº 39.322/2018).
120 Salientou, ainda, que os objetivos de desenvolvimento sustentável no PDOT 2030, perpassa pela
121 necessidade de cumprimento das metas relativas à Erradicação da Pobreza, Água Potável e
122 Saneamento, Consumo e Produção Responsáveis, Igualdade de Gênero (ODS 11). Sobre os
123 Desafios: DE ONDE VIEMOS e AONDE ESTAMOS, descreveu os seguintes itens: O DF
124 apresenta ocupação espraiada e informal, que já vinha ocorrendo em 2009 e continuou ao longo
125 dos anos – Buscou-se o acesso à terra urbanizada, coibindo a grilagem, a gentrificação e a
126 ocupação de áreas de alta vulnerabilidade social e ambiental; As atividades econômicas estão
127 espacialmente concentradas, mas em função de alguns métodos, há como identificar essas
128 concentrações de atividades, com mudanças na rede de centralidades (especialização da RAIS);
129 Perfil demográfico, com população jovem e curva decrescente. Haverá ao longo dos próximos 40
130 anos haverá uma inflexão (conforme projeções e cenários para o Distrito Federal - Análises
131 prospectivas populacionais, habitacionais, econômicas e de mobilidade, disponível em:
132 <http://www.codeplan.df.gov.br/>); Reduzir a desigualdade social e espacial - buscando o acesso à
133 educação, saúde, nutrição adequada, saneamento básico e habitação, com um índice específico
134 para o DF, revelando as disparidades a carência de serviços públicos. O tema estará no escopo da
135 Lei, reflita em meta e oriente as políticas públicas para pautar o PPA, a LOA, a LOD do DF;

**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PRETO
NO DISTRITO FEDERAL - CBH PRETO-DF****ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

136 Garantir a disponibilidade hídrica - após crise hídrica que ocorreu entre 2016 e 2018, busca-se
137 cada vez mais a gestão integrada dos recursos hídricos e o respeito ao ciclo da água; Garantir a
138 qualidade hídrica, grande desafio com a experiência obtida. As diretrizes urbanísticas permitiram
139 dialogar mais com os instrumentos de gerenciamento hídricos, como por exemplo o próprio plano
140 de bacia - vários dos corpos hídricos do DF não suportam acréscimo de cargas poluentes e
141 contaminantes; O DF apresenta ocupação urbana de áreas de preservação permanente, onde já
142 existe a preocupação no rito de licenciamento, tipos de estratégias -ocupação irregular de áreas de
143 relevante interesse para manutenção da quantidade e qualidade da água (9,02% ocupadas);
144 Manutenção da recarga dos aquíferos e infiltração natural nas áreas urbanas, principalmente
145 orientando o parcelamento do solo, mas também novas práticas para o parcelamento existente -
146 Função necessária para a produção hídrica dos aquíferos (42,56% das áreas urbanizadas). Sobre a
147 Metodologia, houve a divisão em quatro fases: I - Diagnóstico (Elaboração da Leitura Técnica e
148 da Leitura Comunitária), sendo necessário ouvir a comunidade e definindo essas estratégias em
149 função da pandemia; II - Prognóstico (Sobreposição, sintetização e compatibilização das Leituras
150 técnica e comunitária; e Estabelecimento de subunidades espaciais de planejamento; Construção
151 de cenários); III - Proposta (Formulação e pactuação de propostas de estratégias, instrumentos,
152 diretrizes e zoneamento); e IV – Consolidação (Finalização da minuta de projeto de lei, elaboração
153 de ação orçamentária e acompanhamento da aprovação junto à CLDF). Matriz de Análise PDOT
154 2020-2030: -Escala Espaciais Metropolitana (AMB/Codeplan, Discussões de Aldo Paviani),
155 Distrito Federal e Local (RA ou outra unidade); - Fatores Socioeconômicos (Aspectos da economia
156 e do perfil socioeconômico da população); - Fatores Territoriais (Aspectos intrínsecos ao
157 território); -Fatores Normativos (Aspectos de legislações pertinentes e planos setoriais). Os Eixos
158 Temáticos são: Território Resiliente, Participação Social e Governança, Gestão Social da Terra,
159 Habitação e Regularização Fundiária, Ruralidades, Mobilidade, Meio Ambiente e Infraestrutura
160 (junto me função da relação), Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades.
161 Participação Social e Governança. Outros órgãos do GDF, grupos de trabalho, conselhos e comitês
162 etc.. Movimentos sociais, universidades, entidades de classe, coletivos, segmento empresarial,
163 outros segmentos. Esclareceu que há dois grandes eixos que permeiam os demais: o de Territórios
164 Resilientes, onde para cada tema há que se pensar na estratégia de resiliência de subtemas e, o de
165 Participação Social e Governança, que começa na construção do próprio plano e terminará com a
166 revisão do Sisplan, ao qual os Comitês de Bacias também integram. Na estrutura de participação
167 social, pensou-se em instaurar níveis articulações no trajeto, com reuniões comunitárias e, na
168 sequência, reuniões e temáticas. O Eixo Ruralidades, entretanto, esteve mais ativo na pré-
169 pandemia, tendo em vista o início dos trabalhos em 2019, mas o trabalho com a sociedade foi
170 determinado com a ajuda do Conplan por meio da emissão do ato (Decreto nº 41.004/2020),
171 emitido já no contexto da pandemia. O modelo de participação social busca criar uma vinculação
172 entre a Coordenação Geral do plano diretor, cria uma instância de governança interinstitucional, e
173 uma mediação entre a sociedade civil e os grupos organizados. Foram realizadas, em 2019,
174 sessenta e oito (68) reuniões externas, e em 2020, cerca de cento e quarenta e cinco (145), entre
175 internas e externas. A grande novidade foi, de fato, a estrutura de governança, por meio do decreto
176 citado anteriormente, que a ampliou de Coordenação Geral e GTI para: I - Coordenação Técnica;
177 II - Comissão de Governança – CGO; III - Grupo de Trabalho Interinstitucional – GTI; e IV -
178 Comitê de Gestão Participativa – CGP, contanto, no total, com nove (9) secretários de Governo
179 (Seduh; Caci, Segov; Sema; Seagri; SDE; Semob; SODF; e Terracap), dois (2) representantes
180 CGP, dois (2) representantes CG, oito (8) Grupos Temáticos, Servidores de vinte e nove (29)



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PRETO
NO DISTRITO FEDERAL - CBH PRETO-DF**

ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

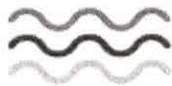
181 órgãos e quatro (4) membros da Seduh. O Comitê de Gestão Participativa foi criado para dialogar
182 com a sociedade (são quarenta e quatro (44) membros: cinco (5) membros do poder executivo
183 distrital e trinta e nove (39) membros da sociedade civil (segmento movimentos sociais e coletivos
184 e segmento organizações não governamentais e entidades da sociedade civil), sendo que dois (2)
185 membros têm vaga na Comissão de Governança). Salientou que a Comissão de governança tem a
186 função de dirimir conflitos, à luz das experiências adquiridas na elaboração do ZEE. Relembrou,
187 também, que foi publicado o Edital de Chamamento Público – Seduh nº 02/2020, que se encerrava
188 as inscrições em agosto, e prorrogado por mais trinta (30) dias, mas em função do diálogo com a
189 sociedade, aplicou-se outra forma de trabalho do CGP, sendo emitido, então, novo Aviso de
190 Prorrogação, publicado no DODF de 22/09/2020, com seis (6) ciclos de Editais, com inscrições
191 abertas para as prévias. Ao final será determinado se haverá prorrogação ou se será feita a votação,
192 e tornará mais fácil, nesse aspecto, saber quem entrou e que grupos conseguiram se organizar.
193 Citou, como exemplo, que não havia sido detectada a movimentação de grupos LGBTQ ou de
194 Moradores em Situação de Rua, motivo pelo qual o novo formato, traz expectativas de abranger
195 ao máximo os segmentos. Explicou que nas fases de Diagnóstico, Prognóstico, Proposta e
196 Consolidação, ocorrerão reuniões livres e específicas bem como oficinas nas RAs (poder
197 econômico, social e técnico-acadêmico) e reuniões de governança e gestão participativa (poder
198 político), e ao final das fases 2, 3 e 4, serão realizadas audiências públicas (poder local – articulação
199 de todos os poderes), que visam consolidar a proposta do PDOT com vistas a sua aprovação pela
200 CLDF. Está sendo aguardada a contratação de empresa de suporte bem como, a instalação do CGP.
201 No âmbito do eixo de Meio Ambiente e Infraestrutura e das leituras técnicas, essas têm as seguintes
202 fases: Objetivos; Perguntas orientadoras; Análise do PDOT vigente; Análise do ZEE; Análise das
203 políticas setoriais; Reuniões por subtema; Elaborar produtos da leitura técnica; Análise,
204 cruzamentos e complementos; e Elaboração do Caderno Técnico. Os Subtemas do Eixo Meio
205 Ambiente e Infraestrutura: Áreas Verdes Urbanas e Espaços Livres, Áreas Ambientalmente
206 Protegidas, Manejo de Resíduos Sólidos, Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário,
207 Drenagem e Manejo de Águas Pluviais e Energia. Cabe destacar que este momento faz pensar
208 formas de articulação. A equipe do GT Meio Ambiente, Coordenada por Mário Pacheco, construiu
209 uma experiência que foi repensar o espaço verde e como isso chegará no PDOT. Para tanto foi
210 organizado uma série de Webinars: Construindo O Sistema de Áreas Verdes e Espaços Livres do
211 DF, disponíveis no <https://www.youtube.com/ConexaoSeduh>, com o 1º WEBINAR – O ESPAÇO
212 LIVRE E O VERDE NA ESCALA DO PLANEJAMENTO URBANO, e posteriormente, o 2º
213 WEBINAR – CONFIGURANDO OS ESPAÇOS VERDES E LIVRES, previsto para o dia
214 30/10/2020, já com foco na legislação. Esclareceu, mais uma vez, que o Plano está sendo
215 construído e implementado ao mesmo tempo, e que há os seguintes trabalhos que precisam ser
216 encaminhados: Gestão e o monitoramento das Áreas de Proteção de Mananciais – APM, nos
217 termos dos artigos 95, 97 e 99 do PDOT 2009, que que o processo circula entre os órgãos sem
218 definições claras (Portaria Conjunta SEDUH-SEMA) e Revisão, não só em função do
219 compromisso assumido no CRH/DF do Decreto nº 41.004/2020 - Mudanças a serem feitas na
220 Estrutura de Governança e Gestão Participativa do PDOT: Instituição da estrutura pela SEDUH
221 (GTI; CGP); Participação de ente do sistema de gerenciamento de recursos hídricos(CBH); e
222 Ajustes gerais. As informações estão concentradas no site, bem como notícias, que poderão ser
223 obtidas também nas redes sociais. Outro ponto são as funcionalidades de contribuição do PDOT,
224 de modo mais direto, por intermédio das reuniões livres, com envio de proposta, com listas de
225 presença. Outra ferramenta é o “Fale Conosco”, bastando escrever a demanda, anexar documentos



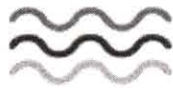
**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PRETO
NO DISTRITO FEDERAL - CBH PRETO-DF**

ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

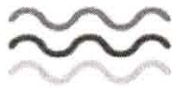
226 etc. É importante deixar público, também, todos os requerimentos encaminhados para o PDOT, e
227 para tanto foram criadas camadas no <https://www.geoportal.seduh.df.gov.br/>, onde essas
228 informações poderão ser acessadas de modo geoespacial (Revisão do PDOT/Requerimentos do
229 PDOT). Agradecendo a oportunidade, o Palestrante parabenizou os Presidentes dos Comitês pela
230 iniciativa e devolveu a palavra à Secretária-Geral, Alba Ramos, que organizou a abertura das
231 perguntas pela Plenária. O primeiro questionamento do Prof. Ricardo Minoti, que agradeceu a
232 disponibilidade em estar com os CBHs, promovendo essa importante integração. Salientou que o
233 CBH Paranaíba-DF tem uma pauta e representação social mobilizada e atenta às questões voltadas
234 ao planejamento urbano e ambiental. Destacou que a preocupação reside, a exemplo do Ribeirão
235 Sobradinho, no que diz respeito ao conflito entre a qualidade de água e a ocupação, que não atende
236 as necessidades; o caso Descoberto e o crescimento populacional e devida preservação das
237 florestas, a criação do novo bairro no Setor Rodoferroviário e fragilidades na Flona de Brasília.
238 Destacou que o CBH possui três GTs, dois voltados aos temas e fez os seguintes questionamentos:
239 1) O Eixo de expansão do PDOT irá até a área preconizada pelo ZEE? 2) Existe previsão de maior
240 proteção à Serrinha do Paranoá? 3) A Quantidade e qualidade de água é para quem e o que se pode
241 esperar para as Aris? 4) Por que os CBHs não estão no Conplan, e se estão, por que não recebem
242 os comunicados? Em resposta, o Subsecretário informou: Sobre o eixo de expansão, ainda não se
243 sabe para onde vai o planejamento, mas o instrumento “Diretrizes Urbanísticas” traz o indicativo
244 para onde está indo, sendo possível identificar no mapa onde está acontecendo hotspot (no caso,
245 sul e sudeste, não na Serrinha do Paranoá, área do DF, onde há inércia do estado em implementar,
246 por ser). Na fase de prognóstico, as perguntas sobre ocupação e parcelamento do solo, tipos de
247 adensamento, interbairros em área mais adensada, e suporte de mobilidade que é o metrô, e o
248 Taquari). Foi feita uma avaliação em função do quanto da estratégia de habitação foi executada e
249 chegou-se ao número de 50%, considerando ainda a implementação proposta em 2009. Onde serão
250 focadas as expansões? A distribuição espacial das demandadas e efetivadas foram poucas, pois
251 esse processo tem um trajeto longo e conforme dito, está em implementação. Citou as Aris, e que
252 em função da Lei nº 13.465/2017, houve um bônus que é a necessidade de previsão de
253 infraestrutura essencial pelo estado. Se for Aris, o estado é responsável independente da terra ser
254 pública ou privada, ou seja, regularizar para o que é de fato de interesse social, mas o benefício
255 será vinculado à renda do indivíduo, sendo todos os custos suportados pelos que poderão suportá-
256 los. O levantamento é in loco, mas não há pesquisa suficiente, mas foi possível observar que
257 algumas Aris deixaram de ser e outras se mantiveram, e algumas Arines são, na verdade, Aris, em
258 função da renda. Considerou necessário deixar o enquadramento mais aberto e confirmar no
259 projeto, sem trazer toda a responsabilidade para o estado e não penalizar a população carente que
260 resida no enclave de média renda. Houve ajustes pontuais e revisões, incorporando alguns núcleos
261 e que não daria para aguardar a revisão do PDOT, a exemplo, no capítulo de regularização, foi
262 inserido o Morro da Cruz, pois é uma área rural e da maneira como está, é urgente, ou não haverá,
263 ao final da revisão, como demarcar as áreas sensíveis e remanescentes. Água e energia são
264 impedimentos para entrada nos espaços onde não haja previsão de área para regularização. Esse
265 indicativo as vezes é suficiente para dar essa infraestrutura. Existem, porém, uma diversidade de
266 situações, Morro da Cruz e Vila do Boa, enclaves de baixa renda com fossa negra, são exemplos
267 áreas complexas, já que o regularizar não é tornar urbano. Há que se pensar nesses aspectos. O
268 viés talvez deva ser alternativas que demandem menos infraestrutura pesada. A Seduh está ciente
269 e está trabalhando. Sobre a última questão, integrar o Siplan não é integrar o Conplan, mas na
270 revisão do Sistema, criado pelo PDOT, essas agendas distintas e que possuem o reflexo territorial

**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PRETO
NO DISTRITO FEDERAL - CBH PRETO-DF****ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

271 poderão ser integradas, ou seja, poderá ser feito o alinhamento maior de pautas territoriais. Na
272 sequência a Secretária procedeu a leitura das perguntas colocadas no Chat da reunião: “Os três
273 CBHs do DF terão assento no PDOT?”, questionamento do usuário Luiz Carlos Pinagé (CBH
274 Paranaíba-DF). A palavra foi passada ao Sr. Marcos Santarosa, representante da Asproeste, que
275 questionou sobre o adiamento da escolha das entidades para integrar o CGP e se nos seis meses
276 próximos haverá reuniões e se os inscitos serão convidados. O Palestrante informou que haverá
277 participação preliminar no CGP com convocatória para todos os habilitados, de modo a instituí-
278 lo, mas somente ao final será feita a votação. Em resposta ao questionamento da participação dos
279 CBHs, informou que não havia sido pensado em três (3) assentos para os Comitês de Bacias, mas
280 em um para a representação do sistema de recursos hídricos, sendo necessário, então, que seja feita
281 uma mediação interna para definir que representará o Sistema, se o Presidente do CRH ou os
282 Comitês. Será avaliado junto com a Equipe, à luz da garantia dada ao sistema de meio ambiente,
283 que possui duas (2) vagas (uma que garante o espaço institucional e outra para o espaço coletivo).
284 Hoje, quem está se habilitando vai entrar na composição do CGP (cento e cinquenta iniciais, mas
285 que ao final se tornarão cerca quarenta e um (41). A palavra foi passada ao Dr. Jorge Werneck,
286 que parabenizou o Palestrante pela apresentação e citou a importância do tema. Salientou que há
287 confusão imensa entre o sistema ambiente, que é diferente do sistema de uso e ocupação do solo,
288 que por sua vez é diferente do saneamento e água potável e, também, do sistema de gerenciamento
289 de recursos hídricos. Ressaltou que os comitês de bacias, a Adasa, o CRH/DF, a agência de bacia,
290 quando for criada, isso é sistema integrado de gerenciamento de recursos hídricos, cujo conselho
291 maior é o CRH, e que precisam trabalhar de maneira integrada. Salientou sobre ser adequada essa
292 participação em outros conselhos (no caso, o Conplan). Há que se pensar em possíveis formas de
293 integração. A Adasa, por exemplo, avalia a disponibilidade hídrica para emitir outorga, podendo
294 o resultado ser o indeferimento, em que pese as manifestações positivas da área de meio ambiente
295 e/ou da infraestrutura. Tem-se trabalhado também, com equipe da Adasa, Seduh e da Caesb, para
296 definir a capacidade de suporte hídrico nas diferentes bacias. A pergunta é sobre os mapas, se estão
297 validados ou não, tendo em vista diferença com o ZEE e reforçou a utilidade do uso de metodologia
298 própria para o DF. Ratificou a necessidade de integração na forma adequada, nem de mais nem de
299 menos, com obrigações e atribuições bem definidas a bem do DF, e colocou a Adasa à disposição,
300 órgão gestor de recursos hídricos. O mapa do ZEE não tem nada consolidado e é uma
301 contextualização do próprio ZEE. A apresentação será encaminhada ao final da reunião. Pensar o
302 Sisplan é um exercício importante, em função do alinhamento, cujas competências são: I –
303 formulação de políticas, estratégias, programas e ações coordenadas; II – gerenciamento e
304 atualização dos instrumentos que o compõem; III – fiscalização, controle e monitoramento do uso
305 e da ocupação do parcelamento do solo e da aplicação da legislação urbanística no território do
306 Distrito Federal; IV – promoção do controle, monitoramento, avaliação e aperfeiçoamento da
307 gestão urbana, realizada por meio do licenciamento urbanístico e ambiental e da fiscalização
308 exercida pelos órgãos competentes, em um conjunto de níveis. O Dr. Jorge externou, novamente,
309 a preocupação com a questão do ordenamento/gestão territorial, não se falando de recursos
310 hídricos e, havendo aceitação da demanda pela gestão territorial e ambiental, mas
311 indisponibilidade hídrica, causará uma situação ruim. A composição do Sisplan não reflete a
312 atuação nas suas atribuições. Quando se olha o uso e ocupação do solo strictu sensu, sem olhar
313 outras questões, como órgão colegiado superior o Conplan, Conam, CRH, CDR, Conselho de
314 Habitação e CTPC, tem-se uma outra função no Sisplan que não se reflete nas suas atribuições
315 e para o arranjo dos seis conselhos seria necessária uma complexa articulação. O Palestrante

**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PRETO
NO DISTRITO FEDERAL - CBH PRETO-DF****ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

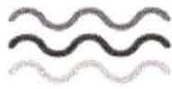
316 salientou que o Sisplan é autônomo e é composto por diferentes sistemas e se tudo isso estiver
317 integrado e funcionando bem, algumas pautas e problemas teriam sido enfrentadas de maneira
318 mais articulada e que os Comitês de Bacias e o Ibram participam do Sisplan. A Secretária Alba
319 Ramos sugeriu que a Seduh solicite uma análise jurídica do assunto, face às arestas evidenciadas.
320 Foi passada a palavra ao Sr. Rodolfo Brito (CBH Maranhão-DF), para duas questões: 1) Invasão
321 das APMs, que tem aumentado consideravelmente no DF e se o PDOT vai construir algo para
322 interromper essas invasões; 2) Informou que trabalhou como Diretor de Obras da Fercal e
323 informou que existe uma poligonal de mineração na Fercal que precisa ser regularizada, sendo
324 determinante que esses empreendimentos preservem o que ainda não foi destruído. A próxima
325 questão foi colocada por Marconi, da Emater (CBH Preto-DF) que perguntou se a área do Café
326 Sem Troco vai virar uma Parcelamento Urbano Isolado (PUI) e se a APA do Planalto Central tem
327 assento em algum dos grupos do PDOT. A última fala do bloco foi feita por Denise Agostinho, da
328 Fundação Mais Cerrado (CBH Paranaíba-DF), que parabenizou o palestrante e externou sua
329 disposição em participar do CGP. O Palestrante, sobre as questões colocadas pelo Presidente do
330 CBH Maranhão-DF, esclareceu que a estratégia para preservação dos mananciais foi a criação de
331 APM e que pela Lei é vedado o parcelamento de solo em APMs, podendo ser objeto de
332 regularização as áreas implantadas em 2009. O que se observa, porém, é que elas vêm sendo
333 ocupadas de forma irregular, e é uma questão de monitoramento que detenham a gestão direta
334 (Seduh, Sema, Caesb, etc) e ativando o DF Legal, porque não podem ser parceladas. Nunca se teve
335 uma estrutura de gestão compartilhada que se pretende corrigir com a Portaria Conjunta da Sema
336 e Seduh para começar essa gestão nos moldes que o plano gestor estabeleceu, com convite a outros
337 órgãos, mas a ideia é focar em processos e implementar. Sobre a mineração na Fercal, o ZEE
338 estabeleceu uma categoria de Zona Produtiva e definiu uma área propícia para a Mineração, que é
339 uma atividade econômica reconhecida pelo PDOT, e o ZEE reconhece a potencialidade das
340 jazidas, desde que passe pelo processo de licenciamento, após a análise do uso e ocupação,
341 conjunta com o ZEE e da APA. Hoje não há impedimento para Atividades do tipo N-2 do ZEE.
342 Sobre o Café Sem Troco, este foi identificado como um PUI pelo PDOT, não a região inteira. Dois
343 PUIs da região são muitos contidos e trabalhou-se no diagnóstico, com publicação de alguns
344 decretos. Esse estudo pretende levar os passivos como o Café Sem Troco, resolvidos para o PDOT
345 e que nem tudo será zona urbana. Salientou, ainda, que é preciso pensar novos modelos de
346 ocupação, que garantam qualidade de infraestrutura, qualidade ambiental e segurança jurídica na
347 posse. Essa articulação dos três eixos trará a proposta para tratar das novas ruralidades.
348 Relativamente aos Conselhos da APA, eles compõem dentro de toda a área ambiental, então eles
349 precisam concorrer com outros representantes, dentro do CGP. O Diretor Jorge Werneck informou
350 que a Resolução nº 09 da Adasa (lançamento de águas pluviais) será objeto de revisão, o que já
351 era esperado, sendo necessário a melhoria da drenagem devendo entrar em Audiência Pública em
352 breve. A institucionalização da drenagem também tem sido trabalhada (Projeto de Lei) para que
353 se tenha um bom serviço, um problema que precisa ser equacionado. A Secretária-Geral solicitou
354 a todos os participantes da reunião que abrissem as câmeras para que seja feito prints das telas, e
355 agradeceu ao Dr. Vicente pela disponibilidade, bem como aos demais participantes da Seduh. O
356 Palestrante agradeceu a oportunidade de esclarecer essas novas perspectivas e destacou que
357 mediante a temporalidade do instrumento, é importante construir estratégias e que a Seduh está
358 aberta para conversas. Dando continuidade, a palavra foi passada para a Palestrante Priscila Paris,
359 Diretora da CEB Geração e representante do empreendedor no Comitê, para apresentação sobre a
360 “CONDIÇÃO DE SEGURANÇA DA BARRAGEM PARANOÁ”. A palestrante apresentou a

**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PRETO
NO DISTRITO FEDERAL - CBH PRETO-DF****ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

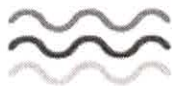
361 localização da barragem. As características do reservatório: Potência (MW) 30; Garantia Física
362 (MW) 13; Tipo Usina: Tipo III (opera e despacha a usina, localmente, no caso a CEB; Rio
363 Paranoá/Bacia Hidrográfica Rio Paranoá; Localização – Brasília; Reservatório 39,48 Km² -
364 Volume 498 milhões m³; Barragem - Terra e Enrocamento (na estrutura e no corpo da barragem
365 terra e enrocamento de rochas), Início Operação – 1962; Total Máquinas – 3; Regime de
366 Exploração - Prestador de Serviço; e Final Concessão - 29/04/2020 (Prorrogação solicitada junto
367 ao Ministério de Minas e Energia. CEB é, na atualidade, um prestador de serviços com
368 recebimento de tarifa). O Layout consta de: Lago Paranoá, Barragem, Vertedouro (função de
369 extravasar as cheias dos afluentes que chegam e também manter a vazão remanescente),
370 Tubulação/Adução (captação da água, seguindo o relevo natural); Chaminé de Equilíbrio; Casa de
371 Força; Conduto Forçado e o leito natural do Rio Paranoá. É uma energia de fonte renovável e a
372 água retirada é devolvida ao meio ambiente sem qualquer tipo de agressão ou contaminação. Na
373 área a jusante da casa de força está o rio Paranoá e o São Bartolomeu, e a Comunidade Boqueirão
374 e o Altiplano Leste. O SISTEMA REGULATÓRIO - Lei nº 12.334 de 20/09/2010 – Estabelece a
375 Política Nacional de Segurança de Barragens; a CEB (Agente Governamental) se enquadra por ser
376 agente privado ou governamental com direito real sobre as terras onde se localizam a barragem e
377 o reservatório ou que explore a barragem para benefício próprio ou da coletividade. Houve uma
378 alteração que foi publicada recentemente e seus impactos estão sendo avaliados pelo jurídico da
379 Companhia. A lei foi regulamentada pela Resolução ANEEL nº 696 de 15/12/2015 que estabelece
380 critérios para classificação, formulação do Plano de Segurança e realização da Revisão Periódica
381 de Segurança em barragens fiscalizadas pela ANEEL (acumulação para geração de energia). O
382 Plano de Segurança da Barragem Paranoá foi finalizado em julho/2017. O PSB foi entregue aos
383 seguintes órgãos: Aneel – julho/2017; Ibram – agosto/2017; Ministério Público – fevereiro/2018;
384 Defesa Civil – março/2018; Crea/DF – fevereiro/2019; Câmara Legislativa do DF –
385 fevereiro/2019. É um instrumento da Política Nacional de Segurança de Barragem e deve conter:
386 identificação do empreendedor; dados técnicos referentes à implantação do empreendimento, bem
387 como aqueles necessários para a operação e manutenção da barragem; estrutura organizacional e
388 qualificação técnica dos profissionais da equipe de segurança da barragem; manuais de
389 procedimentos dos roteiros de inspeções de segurança e de monitoramento e relatórios de
390 segurança da barragem; regra operacional dos dispositivos de descarga da barragem (vertedouro);
391 indicação da área do entorno das instalações e seus respectivos acessos, a serem resguardados de
392 quaisquer usos ou ocupações permanentes, exceto aqueles indispensáveis à manutenção e à
393 operação da barragem; Plano de Ação de Emergência (PAE), que será tratado à parte; relatório da
394 inspeção regular de segurança; revisão periódica de segurança. Dentro da legislação são
395 competências da CEB: prover os recursos necessários à garantia da segurança da barragem;
396 organizar e manter em bom estado de conservação as informações e a documentação; informar ao
397 respectivo órgão fiscalizador (Aneel) qualquer alteração que possa acarretar redução da
398 capacidade de descarga da barragem ou que possa comprometer a sua segurança; manter serviço
399 especializado em segurança de barragem; permitir o acesso irrestrito do órgão fiscalizador e dos
400 órgãos integrantes do Sincoc (Defesa Civil) ao local da barragem e à sua documentação de
401 segurança; providenciar a elaboração e a atualização do Plano de Segurança da Barragem,
402 observadas as recomendações das inspeções e as revisões periódicas de segurança; realizar as
403 inspeções de segurança previstas no art. 9º desta Lei (regular e especial); elaborar as revisões
404 periódicas de segurança (a cada sete anos); elaborar o PAE; manter registros dos níveis dos
405 reservatórios; manter registros dos níveis de contaminação do solo e do lençol freático na área de

**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PRETO
NO DISTRITO FEDERAL - CBH PRETO-DF****ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

406 influência do reservatório; cadastrar e manter atualizadas as informações relativas à barragem no
407 SNISB. A CEB possui, em termos de estrutura: Equipe Própria: Engenheiro Civil, ART de Cargo
408 e função e de obras da CEB Geração S/A para tratar exclusivamente da barragem e das estruturas
409 civis da PCH Paranoá. Equipe Terceirizada: Engenheiro Civil, ART da barragem e das estruturas
410 civis da PCH Paranoá; Equipe de operação 24 horas, devidamente treinada para operar o
411 vertedouro da PCH Paranoá; Equipe de manutenção, devidamente treinada para inspecionar e
412 realizar pequenos reparos na barragem e PCH Paranoá; Equipe de conservação e limpeza –
413 exclusiva para manutenção da barragem (roçagem limpeza das canaletas, retirada de pequenas
414 arbustos. Para elaboração do PSB foi contratada a Fractal Engenharia: Willian Leandro – Técnico
415 Florestal – ART PR20170324216; Ruben Cardia – Engenheiro Civil – ART SC6047991-9; Paulo
416 Vilas Boas – Engenheiro Civil – ART BA20170058532; Pedro Guilherme – Engenheiro
417 Sanitarista e Ambiental - ART SC6248192-0; Henrique Lucini– Engenheiro Sanitarista e
418 Ambiental - ART SC6047991-9. Equipe da CEB Geração S/A: Kelly Penga – Engenheiro Civil –
419 ART DF0720180076510 – obras da barragem; Kelly Penga – Engenheiro Civil – ART
420 DF0720180052788 – cargo e função. Equipe Terceirizada – BSB System: Francisco Soares Filho
421 – Engenheiro Civil – ART DF0720180057783 – Responsável pela Barragem do Paranoá (5º e 6º
422 Aditivo – 2017 e 2018); Francisco Soares Filho – Engenheiro Civil – ART DF072019005787 –
423 Responsável pela Barragem do Paranoá (Novo Contrato – 2019). Quanto foi elaborado o Plano,
424 a Classificação da Barragem do Paranoá foi “B” Categoria de Risco Baixo; Dano Potencial
425 Associado Alto. Diagnóstico do nível de segurança da Barragem do Paranoá “NORMAL” - não
426 havendo problemas que comprometam a segurança da barragem; a barragem é controlada e
427 monitorada rotineiramente; o nível de segurança se manteve nas inspeções anuais realizadas no
428 ano de 2017, 2018, 2019 e 2020 (Preenchimento da folha de PSB). Sobre a Manutenção Da
429 Segurança: A barragem tem diversas manutenções preventivas realizadas periodicamente por
430 corpo técnico: Quinzenalmente são realizadas leituras dos instrumentos de monitoramento (com
431 interpretação dos dados); Mensalmente é realizada inspeção por meio de check list de toda a
432 estrutura da Barragem (informações inseridas nos relatórios mensais); Bimestralmente é realizada
433 limpeza do terreno de toda a propriedade da Barragem (roçagem, retiradas de arbustos,
434 cupinzeiros, ninhos de coruja e limpeza dos sistema de drenagem); Anualmente é realizada
435 Inspeção Regular, conforme determinado na Resolução nº 696/2015-Aneel. A cada sete (7) anos
436 é realizada Revisão Periódica, por uma equipe multidisciplinar especializada externa, conforme
437 determinado na Resolução nº 696/2015-Aneel. A barragem passa por manutenções corretivas,
438 realizadas tanto a título de melhorias quanto a título de ajustes necessários para seu melhor
439 funcionamento, conforme cronograma elaborado com base nas ações recomendadas no PSB e na
440 Inspeção Regular Anual. Foram solicitadas pela equipe: Análise petrográfica do material do
441 concreto próximo a linha das comportas e no rápido vertedouro (pequenos buraco detectados sendo
442 necessária a verificação para avaliar se é natural ou não); manutenção e/ou recuperação de chaparia
443 das comportas e correntes de manobra; Manutenção de armaduras expostas nos tabuleiros da
444 ponte; limpeza da área e construção de canaletas na saída do dreno de pé e faixa de segurança à
445 jusante; recuperação de vãos de alambrados, cercas, grades de proteção (já realizadas); solicitada
446 limpeza e remoção de material no interior da galeria de desvio (feita recuperação total da galeria,
447 com iluminação para melhorar as inspeções); implantação do sistema de comunicação interno
448 alternativo (colocação de Voip); sinalização da faixa de segurança do aproveitamento nas áreas da
449 barragem e próximos a ela (instalação de placas); Fixação da lista de contatos internos e externos
450 nas dependências da PCH Paranoá; Supervisão dos níveis do reservatório, afluências e defluências

**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PRETO
NO DISTRITO FEDERAL - CBH PRETO-DF****ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

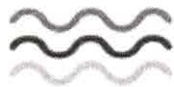
451 (monitoramento rotineiro, estações telemétricas a montante e a jusante, bem como no Bananal,
452 Cabeça de Veado e Torto); Retirada de vegetação sobre os apoios do conduto forçado e
453 monitoramento das rochas descoladas nas laterais e acima da tubulação de adução (monitoramento
454 rotineiro); Execução de canaletas de direcionamento de águas pluviais no pátio da Casa de Força
455 e lateral ao Canal de Fuga; Recuperação da escotilha no início da tubulação do conduto forçado;
456 Execução de canaletas de drenagem de redirecionamento de águas pluviais na ombreira esquerda;
457 Pintura de proteção em trechos da tubulação de adução e conduto forçado; Tratamento da abertura
458 das juntas de placas na calha do vertedouro. Enfim, todas as ações já foram realizadas e estão no
459 radar, não havendo nenhuma em atraso. Outro ponto importante é o Estudo de Estabilidade,
460 realizado pela Domus em 2002 – sondagens com retiradas de amostras, ensaios laboratoriais e
461 triaxiais; Critério de projeto geotécnico – regime permanente de operação FS maior ou igual a 1,5
462 e para rebaixamento do nível d'água até o nível da soleira do vertedouro FS maior ou igual a 1,2;
463 e o Resultado obtido. A CEB Geração S/A contratou em 2019 uma atualização do estudo de
464 estabilidade, que está em andamento, com dados iniciais de FS acima dos calculados em 2002,
465 menor de 1,702. Quanto à Manutenção de Segurança do vertedouro: foi emitida a Instrução
466 Normativa para controle de vazões no Lago Paranoá – Vertedouro - Aprovada em Outubro/2014
467 pela 130ª RO e visa definir procedimentos relativos à operação do reservatório do Lago Paranoá,
468 fornecendo diretrizes básicas para o controle do nível d'água e os seguintes dados: área do
469 reservatório - 40 km²; Volume do reservatório - 498 x 10⁶ m³; Vazão máxima no TVR (vertedouro)
470 - 544 m³/s ; Vazão para início de comunicação a inundação a jusante - 23 m³/s (indica por meio de
471 notificação em massa); Período de assistência - 24 horas/dia; Não há controle de vertimento remoto
472 - Controle local; Preferencialmente a sequência de atuação/abertura nos extravasores (comportas)
473 - Comporta n° 01, Comporta n° 03 e Comporta n° 02 (em revisão, para nova indicação de abertura
474 da comporta n° 2, primeiramente); Tempo aproximado de deslocamento do operador da Usina até
475 o Vertedouro - 10 minutos. A cota de abertura de comporta é de 1000,65m e para esses
476 procedimentos de abertura das comportas há uma parceria com a Defesa Civil e Corpo de
477 Bombeiros para verificação da área. A resolução está em processo de revisão. A Barragem do
478 Paranoá foi fiscalizada pela Defesa Civil em 2015, 2017, 2018 e 2019, não sendo verificados
479 fatores de risco na estrutura, sendo necessárias manutenções preventivas de rotina, especialmente
480 na pista de rolamento (de responsabilidade do DER). A pedido do Clube de Engenharia do DF, a
481 barragem foi inspecionada pelo especialista Alberto Ortigão, da Terratek, em 19/02/2018, não
482 houve indicação de evidência de risco iminente de ruptura. Foi vistoriada em maio de 2018 pelo
483 Corpo de Bombeiros do DF, com o seguintes resultados: A vistoria foi realizada utilizando SVL
484 (sonar de varredura lateral) JW Fischers na frequência de 100 KHz; foram realizadas diversas
485 passagens sobre a parede de montante da Barragem com a finalidade de observar possíveis danos
486 à estrutura, como desmoronamentos, grandes fissuras, falhas no enrocamento de proteção, etc; não
487 foram constatadas alterações significativas pelo equipamento. Foi realizada, também, vistoria pelo
488 CREA DF em 15/02/2019, sendo concluído que a barragem se encontra estável e sem qualquer
489 perigo de dano à população. Foram sugeridas a instalação de câmeras de monitoramento em alta
490 definição, a sinalização para barcos e colocação de *guard rails* (muretas), alguns pautados e já
491 solucionados pela CEB. A palestrante chegou ao item PAE - Plano de Ação de Emergência,
492 assunto de grande interesse para todos, com as seguintes informações: É parte integrante do PSB;
493 Estabelece as ações a serem executadas pelo empreendedor da barragem em caso de situação de
494 emergência; Constitui peça obrigatória para barragens classificadas como A ou B; deve estar
495 disponível no empreendimento e nas prefeituras envolvidas, bem como ser encaminhado às

**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PRETO
NO DISTRITO FEDERAL - CBH PRETO-DF****ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

496 autoridades competentes e aos organismos de defesa civil (já encaminhado); Contempla:
497 identificação e análise das possíveis situações de emergência; procedimentos para identificação e
498 notificação de mau funcionamento ou de condições potenciais de ruptura da barragem;
499 procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situações de emergência, com
500 indicação do responsável pela ação; estratégia e meio de divulgação e alerta para as comunidades
501 potencialmente afetadas em situação de emergência. Hoje, o responsável pela barragem no caso
502 de acidente e a primeira a ser acionada é a Engenheira Kely Penga, Coordenadora do PAE ou ao
503 seu Substituto, Rodrigo Batista. Se não atenderem, ao Francisco Soares, na terceira escala, ou à
504 quarta escala, que são os Diretores. Identificando as situações de emergência: Nível Verde –
505 normal, que tratam de situações normais e/ou pequenas ocorrências anômalas, ou eventos que não
506 comprometam sua segurança, devendo ser controladas e monitoradas ao longo do tempo
507 (notificação interna); Nível Amarelo – Atenção, situações anômalas ou eventos externos à
508 barragem que não comprometam a sua segurança no curto prazo, devendo ser controladas,
509 monitoradas e reparadas ao longo do tempo (notificações internas e externas). Nível Laranja –
510 Alerta, situações anômalas ou eventos externos à barragem que representam no curto prazo, risco
511 a sua segurança, devendo ser tomadas, de imediato, as devidas providências para sua extinção
512 (notificações internas e externas); Nível Vermelho – Alerta, situações anômalas ou eventos
513 externos à barragem que representam risco de ruptura iminente, devendo ser tomadas as devidas
514 providências para reduzir danos humanos e materiais decorrentes de seu colapso (alerta
515 antecipado). Informou, ainda, que é de responsabilidade do Coordenador declarar, para os níveis
516 superiores a zero, Estado de Atenção, Alerta ou Emergência, bem como executar as ações
517 previamente descritas no PAE para cada nível. Em caso de Sismos - inspeções de anomalias
518 (ocorrência de cheias, trincas, abatimentos, surgências; vazamento e umidade). Em caso de Cheias
519 - Verde: evento associado à dispositivos de descarga operativos e carga controlada, abaixo do NA
520 Maximo Maximorum (nível 0, ficha 3); Amarelo: evento associado à dispositivos de descarga
521 inoperantes e/ou operantes e nível de reservatório subindo, mas ainda abaixo do NA Maximo
522 Maximorum (nível 1, ficha 9); Laranja: evento associado à dispositivos de descarga inoperantes
523 e/ou operantes, mas com galgamento da barragem iminente (nível 2, ficha 15); Vermelho: O
524 processo evolui causando formação de brecha de ruptura (nível 3, ficha 19). Em caso de trincas,
525 depressões ou abatimentos – Verde: Trincas, depressões, abatimentos, monitoradas ou não,
526 documentadas ou não, mas somente superficiais (nível 0, ficha 2); Amarelo: Trincas, depressões,
527 abatimentos, profundos e/ou que não se estabilizam com percolação de água, com identificação de
528 surgências a jusante nos locais das trincas; transversais atravessando todo o corpo da barragem de
529 montante para jusante (nível 1, ficha 8). Como exemplo, citou a ficha 19, nível 3, com evolução
530 do processo causando formação de ruptura, está em avanço ou já ocorreu: Evidências: a) aumento
531 rápida da vazões com turvamento das águas pelas trincas e/ou surgências; b) avanço rápido na
532 abertura das trincas e escorregamento do talude e c) desmoronamento e abertura da brecha no
533 corpo da barragem. Possíveis impactos: a) descarga da vazão excepcional a jusante; b) inundação,
534 destruição e possíveis danos ambientais, materiais e humanos; e c) prejuízos econômicos
535 incalculáveis. Para cada ação foi estudado e determinado, a saber: Nível Verde (normal): o
536 Operador comunica ao Coordenador, que comunica à equipe interna e ao empreendedor (CEB);
537 Nível Amarelo (atenção): o Coordenador de comunicar a situação à entidade fiscalizadora (Aneel);
538 Nível Laranja e Vermelho (alerta e emergência): o Coordenador de comunicar ao Sistema Nacional
539 de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC (RAs da Região, hospitais, unidades básicas de saúde,
540 CBMDF e polícias, Cenad, Cedec, Secretaria de Defesa Civil, grupos de proteção comunitários);

**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PRETO
NO DISTRITO FEDERAL - CBH PRETO-DF****ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

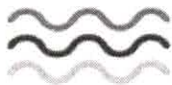
541 à população residente na ZAS (Rádio AM/FM, telefonia fixa ou móvel e sirenes); e a outras
542 entidades (Inmet, Inpe e Cemaden). Há, também, as mensagens de comunicação de notificação
543 aos envolvidos, cujo modelo encontra-se no plano. Sobre o Sistema de Comunicação na PCH
544 Paranoá, ele consiste em: Rádio (entre as guaritas e a usina), móvel (agentes de portaria e toda a
545 equipe da usina), telefonia fixa e telefonia via satélite (Voip), Sistema de Notificação da PCH
546 Paranoá em Massa, composto por doze (12) pontos (sirenes, com som de alerta e mensagens para
547 a população sobre como agir nas situações de risco), SMS – parceria com a Defesa Civil, que
548 possui os telefones. Ainda no âmbito do PAE, é realizado o Estudos de rompimento da barragem
549 Paranoá: Galgamento (acima da crista ou do vertedouro) - Chuvas intensas, Obstrução ou
550 inoperância de comportas; Piping/Erosão - Falha no sistema de drenagem interna (cria um caminho
551 gerando um colapso na estrutura), Interface com estrutura (pontos frágeis), Fluxo criado por
552 vegetação e/ou tocas dos animais (fragiliza o solo); Colapso Estrutural - Falha de tratamento da
553 fundação (pode ocorrer no vertedouro), Falha de concretagem, Combinação de carregamentos que
554 favoreçam o arrancamento da estrutura. Mediante os resultados obtidos com os estudos da ruptura
555 hipotética da barragem, foram elaboradas cartas de inundação e a identificação da Zona de
556 Autossalvamento (ZAS): Zonas de Autossalvamento: Região, imediatamente a jusante da
557 barragem, em que se considera não haver tempo suficiente para uma adequada intervenção dos
558 serviços e agentes de proteção civil em caso de acidente; 30 minutos da chegada da onda de cheia;
559 10 km a jusante da barragem do Paranoá (maior das hipóteses, tempo insuficiente, sendo
560 necessário que a população saiba o que fazer em caso de incidente, visto a dificuldade do acesso
561 do salvamento) 365 benfeitorias atingidas. Implementação do PAE - O PAE, assim como PSB, foi
562 construído conforme legislações específicas e sua implementação é necessária, tendo sido
563 entregue à Defesa Civil, CBMDF, Scagri, Seduh, Administrações Regionais do Paranoá,
564 Planaltina, São Sebastião, Lago Norte e Lago Sul, para terem conhecimento e se organizam em
565 caso de intervenção na barragem. Com vistas à implementação do plano, também foi realizada em
566 05/07/2018—a apresentação da barragem, do PSB e do PAE, com a participação do Corpo de
567 Bombeiros, da Adasa, da Defesa Civil, do DER, da PM-DF, Polícia Militar Ambiental etc). Em
568 janeiro de 2019, foram realizadas reuniões com diversos órgãos do GDF, com os seguintes
569 encaminhamentos: recuperação e impermeabilização total da pista de rolamento (OK);
570 recuperação do sistema de drenagem, evitando acúmulo de água sobre a pista (OK); sinalização
571 da via e instalação de redutores de velocidade (40 Km/h) (OK); avaliação e regulação do trânsito
572 de veículos de carga e transporte coletivo sobre a via (OK); controle ocupacional a jusante da
573 Barragem Paranoá visando redução do risco; potencial, com cadastro da população ribeirinha para
574 fins de maior controle dos avisos de emergência (OK); reforço da proteção lateral da barragem
575 (OK); atualização do estudo de estabilidade da barragem; EM ANDAMENTO; programa de
576 treinamento, com aplicação de exercícios simulados, para condicionamento da população que
577 sofreria influência de um evento não controlado; avaliação da necessidade, viabilidade e
578 oportunidade de ação para desocupação total da área de abrangência de um evento não controlado;
579 definição dos perímetros de segurança, a partir da barragem do Paranoá, para uso e ocupação do
580 solo. Foi realizado, em fevereiro a abril/2019, o Teste de Sirene da PCH Paranoá (os moradores
581 são avisados por carro de som, com antecedência). Ainda sobre a implementação do PAE, foi feita
582 Notificação e realizado cadastramento da população da área de risco, em fevereiro de 2019,
583 Promovido pela Defesa Civil com o apoio da CEB e identificados, na Zona de Autossalvamento
584 (10 km barragem do Paranoá), o seguinte quantitativo: Total de Crianças – 71; Total de Jovens –
585 62; Total de Adultos – 164; Total de Idosos – 44; Total de pessoas com Dificuldades de

**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PRETO
NO DISTRITO FEDERAL - CBH PRETO-DF****ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

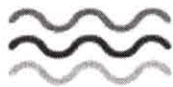
586 Locomoção ou Deficiência – 15; Total de Pessoas na ZAS – 341; Casas sem Moradores – 16; Total
587 de Propriedades Visitadas – 94. Também foram instaladas placas indicativas de “Área de Risco de
588 Inundação”, “Rota de Fuga”, “Ponto de Encontro” e realizadas palestras com as comunidades da
589 ZAS (Comunidade do Boqueirão e do Altiplano), em junho de 2019, com a Defesa Civil. Foi
590 realizado também o treinamento da equipe da PCH Paranoá, no mesmo período (revisão anual). A
591 última ação descrita foi a realização de Teste do Sistema de Notificação em Massa (poste com alto
592 falantes, energia solar, uma câmera para monitoramento de invasão/intrusão, com alcance de toda
593 a ZAS, ligados à operação da Usina). São onze (11) pontos fora da ZAS e um (1) ponto na usina,
594 em função do barulho das máquinas, e também pela quantidade de pessoas que frequentam o
595 poço. Os próximos passos da CEB, serão: receber e analisar o Estudo de Integridade da Barragem
596 Paranoá; continuar a implementação do Cronograma de Execução dos Serviços do PSB; e auxiliar
597 a Defesa Civil na execução do Simulado com a população da ZAS. A Palestrante Priscila Paris
598 projetou dois vídeos: um de simulação de ruptura no pior cenário, feito pela empresa que elaborou
599 o PAE. O outro foi encaminhado ao Grupo de Whatsapp em função de problemas técnicos de
600 áudio, já que a intenção era mostrar o som da notificação em massa e mensagem, que precisa ser
601 de 70 decibéis). A Palestrante colocou-se à disposição para esclarecimentos e palavra foi devolvida
602 à Secretária-Geral para controle das inscrições. O primeiro a se manifestar foi o Dr. Jorge
603 Werneck, que informou a edição da Resolução Adasa nº 10/2020, sobre segurança de barragens e
604 que contém todas as etapas descritas pela Palestrante, e que as barragens maiores são fiscalizadas
605 pela ANA, em que pese os usos múltiplos, é uma barragem de abastecimento, ao passo que a
606 Barragem do Paranoá é fiscalizada pela Aneel. Porém, existe uma interação, inclusive, com
607 utilização da base de dados da CEB. Questionou, na oportunidade, como a CEB tratou o problema
608 de *fake news*, após o rompimento das barragens em Minas Gerais, e quanto custa esse processo de
609 elaboração de prevenção, principalmente após as alterações na legislação vigente. Na
610 oportunidade, a Sr. Marconi, da Emater, fez via Chat, a seguinte colocação : “O que havia de risco
611 real, para ter gerado tanto alarme há pouco tempo atrás, tendo sido cogitado até a proibição de
612 tráfego na pista na crista da barragem”. A palestrante, respondendo a primeira questão informou
613 que, de fato, a CEB foi muito demandada após Mariana e Brumadinho, e que foi um trabalho
614 bastante desgastante junto aos órgãos para demonstrar que a barragem do Paranoá é segura e
615 diferente das barragens de mineração, com projetos diferentes e níveis de segurança diferentes, em
616 função dos questionamentos vindos não só da mídia, mas também do próprio governo, bem como
617 do CREA-DF, para não gerar alarde na população. Porém, é natural, qualquer evento que ocorra
618 vai levantar questionamentos, porque as pessoas temem por suas vidas. Sobre o custo, é milionário
619 e a legislação igualou todas as barragens no mesmo nível de segurança. Um custo a ser
620 exemplificado foi o do Sistema de Notificação em Massa, que custou R\$ 3.000.000,00 (três
621 milhões de reais), com a manutenção de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) ao ano. O sistema é
622 caro, mas é necessário para garantir a segurança. Sobre o trânsito na barragem, se houver alguma
623 fissura ou qualquer tipo de falha no asfalto, o tráfego mais pesado acelera esse processo de erosão,
624 além do que a barragem não é feita para passagem de carros e caminhões. Entretanto, se for
625 cuidando, os carros podem passar, mas os veículos pesados, não. O nível de aceleração de qualquer
626 defeito na pista de rolamento é muito grande podendo levar a uma ruptura, sendo determinado pelo
627 Governador que os veículos pesados, até o presente momento, não podem transitar na barragem,
628 exceto ônibus. A fiscalização é uma parte difícil e é feita, na sua maioria, por meio de vídeos e
629 fotos. O representante titular do IEB, Michael Becker (CBH Paranaíba-DF), que precisou se
630 ausentar mais cedo, questionou antecipadamente pelo Chat o seguinte: “Os dados coletados são

**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PRETO
NO DISTRITO FEDERAL - CBH PRETO-DF****ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

631 compartilhados com os outros órgãos”. A palestrante perguntou a quais dados ele se referia, muitos
632 dados são coletados e trabalhados pela CEB, e são de trabalho interno da empresa. Foram
633 encaminhados às instituições descritas no PAE e no PSB. Os dados não são compartilhados pois
634 podem prever algum tipo de serviço ou trazer informações que possam gerar concorrências e
635 especulações, mas que são disponibilizadas ao órgão regulador anualmente. Luiz Carlos Pinagé
636 (Setor Usuário do CBH Paranaíba-DF), perguntou no Chat: “Qual é a interação/envolvimento dos
637 demais usuários do Lago do Paranoá com PSB Paranoá”. Em resposta, foi informado que não há
638 interação alguma. O PSB é para a barragem, feito e operacionalizado pela CEB, com ajuda da
639 Defesa Civil e do CBMDF. Usuários não tem ação direta no PSB. A população ribeirinha é a mais
640 próxima e a interação com eles é contínua. A Secretária solicitou manifestação da Plenária quanto
641 à necessidade de mais tempo para as perguntas e, não havendo, passou a palavra para a
642 representante do Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas –
643 Fonasc-CBH, Cristiandrea Ciciliato, que informou que o Fonasc faz parte do GT Segurança de
644 Barragens e em 2017/2018, antes do crime na barragem de Brumadinho, foi apresentada uma
645 proposta de educação ambiental para segurança de barragens, como polo de educação ambiental
646 próximos às barragens e às comunidades, para que elas conheçam o território. E tendo em vista
647 que o CBH Paranaíba-DF estruturou a Educação Ambiental, gostaria que essa proposta fosse
648 levada de modo mais efetiva, pois uma educação ambiental, com estudos dos territórios e melhor
649 comunicação com o responsáveis facilitará qualquer processo. Essa demanda já foi levada ao
650 CRH/DF e tem sido acompanhada no GT Segurança de Barragem. Informou ainda que por
651 problemas no microfone, não conseguiu pedir a palavra durante a fala o Presidente Ricardo Minoti.
652 A Secretária Alba informou que o rito é de que a palavra segue primeiramente aos membros
653 oficiais e havendo participação externas, esses membros deveriam se dirigir aos seus pares para
654 fazer a suas perguntas, o que não tem sido aplicado. Para finalizar, Sra. Cristiandrea informou que
655 será inaugurada dia 12/10/2020 a Casa de Situação – Casa Vida & Água para ARIS/DF, para
656 assistência aos moradores das ARIS, mas que a dificuldade está na ausência da água, motivo pelo
657 qual solicitou a intervenção do CBH Paranaíba-DF para a distribuição de água para consumo
658 humano e higiene nesses tempos de calamidade pública. A Secretária ratificou a informação dada
659 anteriormente, de que a situação em epígrafe chegou no Comitê, que a encaminhou a Adasa e esta
660 demandou a Caesb, que elaborou um plano de contingência, em execução nas áreas com
661 populações vulneráveis, sendo emitida, inclusive, Resolução da Adasa sobre o tema. A
662 representante da Fonasc salientou a ausência de instalação do GT COVID-19, apesar já ser outubro
663 e alertou quanto à falta de água mesmo que o assunto esteja em outras esferas, registrando assim,
664 o posicionamento da Sociedade Civil. A palavra foi passada ao Regulador da Adasa, Júlio César,
665 que em função de problemas técnicos, optou por transcrever no Chat o seu questionamento: “A
666 CEB Geração tem estimativa de custos das simulações?”. A Palestrante informou que esses custos
667 são do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC, sendo a CEB um apoiador. A
668 Defesa Civil, para iniciar o estudo desse simulado, precisava do levantamento da população e das
669 suas condições na ZAS e também da instalação de um Sistema de Notificação em Massa eficiente,
670 concluído no meio deste ano. O Estudo foi iniciado, mas ainda não tem nenhuma estimativa de
671 custo. Em resposta ao Dr. Jorge, sobre o prejuízo do deplecionamento com a simulação, não foi
672 possível informar o impacto disso nas cotas dos reservatórios, porque cada tipo de ruptura tem
673 uma vazão diferente. Ainda sobre a pergunta do Júlio, ratificou que as simulações de rompimento
674 já existem, mas que não é possível informar o custo porque é de responsabilidade defesa civil,
675 assim como o treinamento da simulação da população. A CEB deve ajudar no custeio, mas não é

**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PRETO
NO DISTRITO FEDERAL - CBH PRETO-DF****ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

676 possível dizer que arcará com a totalidade das despesas. Em resposta à questão dos Planos de
677 Contingência, informou que eles estão sendo elaborados pela Defesa Civil e pelo CBMDF.
678 Agradeceu e informou, também, que a PCH Paranoá é aberta para visita, não agora, em função
679 da pandemia, mas quando o período crítico passar, será interessante que os Comitês conheçam. A
680 Secretária sinalizou positivamente para essa sugestão e tomará as providências necessárias para
681 organizar a visita. Após os agradecimentos das partes, a Plenária seguiu com os INFORMES
682 GERAIS, sobre as seguintes temáticas: 1) Procomitês – O processo está em andamento para
683 empenho do recursos Certificação do 1º Ciclo, no valor de R\$ 150.000,000 (cento e cinquenta mil
684 reais) em função do cumprimento das metas ter alcançado 97,1%; 2) Alteração das representações
685 dos Comitês no CRH/DF - foram encaminhadas ao Conselho os seguintes ajustes: CBH Maranhão-
686 DF: Rodolfo Siqueira de Brito (Titular) e Andreia Ferreira de Aguiar (1ª Suplente) e Camila
687 Graziela Artioli (2ª Suplente); CBH Paranaíba-DF: Ricardo Tezini Minoti (Titular), Ricardo
688 Kiyoshi Sassa (1º Suplente) e Lauro dos Santos Correia (2º Suplente); CBH Preto-DF: Claudio
689 Malinski (Titular); Paulo Luis Kruger (1º Suplente) e Sandro César Triacca (2º Suplente); 3)
690 Entrega da tubulação do Canal Santos Dumont: O Dr. Jorge Werneck esclareceu que era um sonho
691 antigo, e que dentro do projeto Produtor de Águas do Pipiripau havia um grupo de trabalho
692 específico para tratar dos assuntos do canal. Foi avaliada a necessidade da reforma e se decidiu
693 pela tubulação do canal, eliminando, assim, grande parte das perdas e evitando prejuízos para os
694 agricultores. Parte do recurso foi por meio da tarifa de contingência dos serviços públicos de
695 abastecimento de água do Distrito Federal, prestados pela CAESB, em virtude de situação crítica
696 de escassez hídrica, no montante de R\$ 3.660.000,00 (três milhões, seiscentos e sessenta mil
697 reais) e outra parte dos recursos veio da cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia do
698 Paranaíba federal, já que os recursos retornam para utilização na bacia, no montante de R\$
699 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais). Ressaltou que a área tem alocação negociada e
700 marco regulatório para possíveis cortes que porventura precisem ser feitos. A inauguração contou
701 com a participação do Governador e várias instituições do GDF e contou também com a
702 participação do Presidente do CBH Paranaíba (federal), Bruno Lasmar. Foi um evento importante
703 e uma vitória para o Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos do DF. Cabe ressaltar as
704 seguintes e importantes participação nesse processo: Caesb, Adasa, Seagri, Emater, CBH
705 Paranaíba-DF. Informou ainda que foi lançado a recuperação do canal da Vargem Bonita, e que
706 esses processos de melhorias facilitam a gestão da oferta e da demanda. 4) Informes sobre alocação
707 no rio preto (Ribeirão Extrema e Rio Jardim): O Sr. Marconi, agradeceu a lembrança do Dr. Jorge
708 da participação das demais instituições. Informou, ainda, que não houve problemas no ribeirão
709 Extrema e que os usuários aceitaram as divisões e está tudo normal. No rio Jardim, em função da
710 chuva, relatou que o rio ainda com 60 cm acima do nível da vazão remanescente, enquanto em
711 2019, havia ficado no limite. A programação de uso está sendo seguida e os contatos e tomadas de
712 decisão são feitos por grupo no Whatsapp e ratificadas por e-mail, sendo encaminhados para
713 conhecimento e acompanhamento pela Adasa. Estão sendo feitas as negociações já para o ano que
714 vem, para plantio de soja agora, calculado de maneira que sobrarão 500 L/s, além da vazão
715 remanescente. 5) Instalação das placas de sinalização do zoneamento dos usos do espelho d'água
716 do Lago Paranoá: Já foram instaladas em 9 praias e 9 clubes. O DER está confeccionado as placas
717 e adesivando para instalação em conjunto com a Adasa. Ressaltou que essa ação é importante
718 porque se trata de disciplinamento na utilização do espelho d'água, e a Marinha está aliada e
719 utilizando esse mapeamento para as suas ações de fiscalização. Espera-se concluir a instalação das
720 80 placas ainda em 2020. Dr. Jorge sugeriu, posteriormente, verificar a possibilidade de patrocínio

**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PRETO
NO DISTRITO FEDERAL - CBH PRETO-DF****ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

721 para as boias, cujos custos são muito altos, de modo a demarcar melhor as áreas dentro do lago. 6)
722 Moção ao Conam para criação de CT para estudar e regular o uso de efluentes do tratamento do
723 esgoto doméstico: A Secretaria passou a palavra ao Presidente do CBH Maranhão-DF, Rodolfo
724 Brito, para essa apresentação e informou que a minuta será disponibilizada posteriormente para
725 conhecimento e contribuições. Rodolfo informou que tem acompanhado as iniciativas de reúso de
726 água na irrigação em áreas do DF e algumas instituições têm iniciado os primeiros experimentos
727 e, em conversa sobre o assunto com a Secretária Alba e alguns analistas foi identificado que não
728 existe regulamentação que dê suporte ao reúso para irrigação. Considerou, então, que a melhor
729 estratégia é a criação de uma Câmara Técnica no âmbito do Conam, e a partir daí sairá uma
730 regulamentação para fomentar as pesquisas e as iniciativas para que isso seja feito de acordo com
731 os padrões da agricultura e do saneamento, e que a solução, venha da forma que permita a saúde
732 e a segurança dos trabalhadores da agricultura. Diante desse quadro, poderá abrir muitas
733 possibilidades nessa área de conhecimento. Ratificou a fala da Secretaria de que a minuta da moção
734 conjunta será encaminhada para contribuições. O Diretor Jorge Werneck, pediu a palavra para
735 consideração de que agronomicamente é muito bom, em função dos nutrientes, que é tendência,
736 mas externou, também, a preocupação quanto à questão da saúde e da segurança de quem irá operar
737 o sistema. A análise demandará um trabalho muito sério. Fiscalização, usos, acompanhamentos
738 serão mais que necessários para que não venham gerar problemas para a sociedade. É o futuro,
739 mas precisa ser metucioso para que não gere riscos. 7) Moção para criação de UC na Margem do
740 Descoberto: o Ibram despachou na mesma linha do ICMBIO; 8) Moção para criação de UC na
741 Serrinha do Paranoá (Pedra dos Amigos): foi distribuído para Terracap e para Ibram e os
742 documentos foram inseridos em outro processo, ainda não acessado; 9) Incêndios Florestais no
743 Alto Descoberto – gestão junto ao PPCIF e CBMDF: Houve muitos incêndios, sendo necessário
744 acionar o PPCIF e Corpo de Bombeiros com outros equipamentos e aeronave para ajudar no
745 controle. Em desdobramento desta ação e por sugestão da Coordenadora do PPCIF, foi solicitado
746 ao CBMDF que ministre o treinamento para os irrigantes do Descoberto para a primeira resposta
747 aos incêndios e também curso para confecção de abafadores, que serão doados para as associações.
748 Este evento foi agendado para o dia 16/10/2020, em Brazlândia. O Diretor Jorge Werneck, fez
749 nova manifestação sobre os três últimos itens tratados, dois quais são ligados à área ambiental e o
750 último à defesa civil. Esclareceu que a interação é possível, mas é importante que o papel Comitês
751 esteja claro nesses contextos, para que não haja sobreposições ou cobranças posteriores. A
752 Secretária salientou que não são assuntos específicos da área de recursos hídricos, mas que estão
753 na interface e por isso foram acolhidos; 10) Informe sobre a revisão da Resolução 9/2020: Feita
754 na discussão sobre a palestra da Priscila Paris; 11) Criação de GT Único para elaborar o Plano de
755 Educação Ambiental dos CBHs DF: Surgiu a proposta de criação de um GT único para os três
756 comitês, e na atualidade o GT-EA está somente no CBH Paranaíba-DF, com a Coordenação da
757 Denise. A demanda será pautada possivelmente para a próxima plenária conjunta. 11)
758 Agendamento da próxima reunião conjunta. A Plenária está agendada para o próximo dia
759 15/10/2020. Uma das pautas é a continuação da série de apresentações sobre segurança de
760 barragens, com a participação da Caesb para tratar das barragens do Descoberto, Santa Maria,
761 Pípiripau e do Torto. Os comitês convidarão as intuições que têm barragens sob seu domínio e
762 face a densidade do tema, será feito de modo segmentado. A Secretária agradeceu a presença de
763 todos, lembrou que no dia 06/10/2020 será realizada a última aula da “Capacitação em Recursos
764 Hídricos – Módulo 9” e que está muito satisfeita com a resposta e adesão dos Comitês e do CRH.
765 Nada mais havendo a tratar, a palavra foi passada aos Presidentes do CBH Maranhão-DF e do



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PRETO
NO DISTRITO FEDERAL - CBH PRETO-DF**

ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

766 CBH Paranaíba-DF que agradeceram a participação de todos e a permanência até o fim da reunião.
767 A Secretária despediu-se em nome do Presidente do CBH Preto-DF, que precisou ausentar-se antes
768 do término. Eu, Alba Evangelista Ramos, Secretária-Geral, lavrei a presente Ata que vai assinada
769 por mim e pelo Sr. Presidente.

ALBA EVANGELISTA RAMOS
Secretária-Geral

CLÁUDIO MALINSKI
Presidente